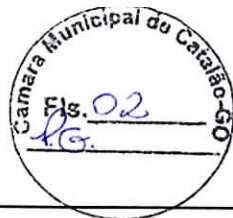


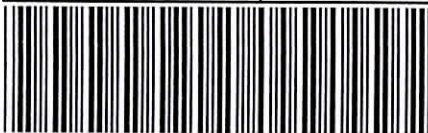


ESTADO DE GOIAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATALAO



Nº do Processo	453/2020		
Interessado	1723 - ARCILON DE SOUSA FILHO		
CPF/CNPJ	634.627.611-53	Atuação	18/02/2020 09:48
Atuado por	LUCAS DA SILVA OLIVEIRA		
Assunto	PROJETO DE LEI		
Descrição	PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO DOS NOMES DOS PROVÁVEIS CONTEMPLADOS NAS DOAÇÕES DE LOTES E CASAS PELO MUNICÍPIO E SUAS LOCALIZAÇÕES.		
Destino	DEPARTAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO		
Documento			
Ambiente	Interno		
Tipo	Outros	Valor:	0,00
		Dt. Doc.:	



PROJETO DE LEI Nº 16 /2020 CATALÃO, 18 DE fevereiro 2020

**“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE
DE PUBLICAÇÃO DOS NOMES DOS
PROVÁVEIS CONTEMPLADOS NAS
DOAÇÕES DE LOTES E CASAS PELO
MUNICÍPIO E SUAS LOCALIZAÇÕES.”**

O Vereador **ARCILON DE SOUSA FILHO**, no uso de suas atribuições regimentais, encaminha ao Plenário desta laboriosa Casa de Leis, a seguinte proposição:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação dos nomes dos prováveis contemplados de lotes e casas, doadas pelo Município de Catalão, bem como, suas localizações.

Art. 2º Fica determinado o prazo de sessenta dias que antecede a efetivação definitiva das doações, para a publicação dos nomes dos prováveis contemplados, para a apreciação pública e também o protocolo dessa relação na Câmara Municipal de Catalão.

Art. 3º. Fica determinado o prazo de no máximo três dias úteis após a concretização das doações, a publicação no site da Prefeitura dos nomes dos beneficiários e endereços dos lotes e casas doados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando outras disposições em contrário.

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 2020.



Sousa Filho
Vereador

JUSTIFICATIVA

Essa lei tem a finalidade de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do §3º art.37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal.

A doação de imóveis da administração pública somente é permitida para fins de uso de interesse social, após criteriosa avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica. Nesta perspectiva, o imóvel serve como instrumento para concretização da assistência social e garantia dos direitos fundamentais, sendo indispensável o tratamento igualitário entre todos os interessados.

Não existe democracia sem uma verdadeira transparência dos atos e movimentos do que é público. A transparência permite a verificação por parte da população e órgãos de fiscalização de políticas e gastos do município e a possível punição caso algo não esteja como deveria estar

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 2020.



Sousa Filho
Vereador